

Leandro Waldir de Paula

**GOVERNANÇA
JUDICIAL E ACESSO
À JUSTIÇA:**

desigualdades permanentes,
(re)equilíbrios dinâmicos e novos
arranjos no sistema de justiça brasileiro

2022



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições Juspodivm

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

G721 Governança judicial e acesso à justiça: desigualdades permanentes, (re) equilíbrios dinâmicos e novos arranjos no sistema de justiça brasileiro / Leandro Waldir de Paula – Salvador: Editora Juspodivm, 2022.
400 p. (Eduardo Espínola / coordenador Fredie Didier Jr.)

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-604-4.

1. Governança. 2. Acesso à justiça. 3. Direito processual civil – Brasil. I. Paula, Leandro Waldir de. II. Didier Jr., Fredie. III. Título.

CDD 341.2

Todos os direitos desta edição reservados a Edições Juspodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições Juspodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
<i>Capítulo 1</i>	
ACESSO À JUSTIÇA.....	37
1.1 Desenvolvimento do conceito à luz da evolução da teoria processual.....	37
1.2 Acesso à justiça como direito-eixo e princípio-síntese.....	47
1.3 Moldura constitucional do acesso à justiça.....	62
1.4 Princípios informativos e escopos do processo civil.....	65
1.5 Limites das reformas processuais tendentes ao acesso à justiça em sistemas sociais fundamentalmente injustos.....	71
1.5.1 O acesso à justiça como propulsor das reformas processuais: onde “quebraram” as três ondas renovatórias (avanços legislativos e advertências).....	71
1.5.2 Desigualdades brasileiras evidenciadas por meio de pesquisas e dados selecionados.....	83
1.6 Excesso de acesso e abundância de direitos: para quem?.....	103
<i>Capítulo 2</i>	
CONDICIONANTES LEGÍTIMAS E ILEGÍTIMAS AO ACESSO À JUSTIÇA.....	107
2.1 A tragédia do acesso (como a “tragédia dos comuns”)....	107
2.1.1 Os paradoxos da litigiosidade brasileira: vantagens dos litigantes habituais sobre os eventuais e o (in) tolerável uso predatório do Poder Judiciário.....	107

2.1.2	O gigantismo (e limitações) do Poder Judiciário, outro <i>player</i> do sistema de justiça.....	128
2.2	(Re)equilíbrios dinâmicos das condicionantes ao acesso.....	154
2.2.1	O tempo do processo.....	154
2.2.2	O custo do litígio no Brasil.....	176
2.2.3	A (im)previsibilidade jurídica.....	196
2.2.4	Outras condicionantes	219
2.3	Processo efetivo, Poder Judiciário eficiente e acesso à justiça escasso: paradoxo?	221

Capítulo 3

GOVERNANÇA JUDICIAL.....	233
3.1 Colocações preliminares.....	233
3.1.1 Governança: níveis de atuação, conceito, funções e distinções	245
3.1.1.1 Níveis de atuação	245
3.1.1.2 Conceito	253
3.1.1.3 Funções	258
3.1.1.4 Distinções: governança (A-D-M) e gestão (P-D-C-A)	260
3.1.1.5 Distinções: governança e governabilidade.....	263
3.1.2 Pressupostos, princípios, diretrizes e estrutura....	264
3.1.2.1 Pressupostos	264
3.1.2.2 Princípios.....	264
3.1.2.3 Diretrizes.....	272
3.1.2.4 Estrutura	273
3.1.3 Mecanismos, seus respectivos componentes e as ferramentas.....	276
3.1.3.1 Mecanismos.....	276
3.1.3.2 Componentes	277

3.1.3.3	Ferramentas.....	282
3.1.4	Política de governança pública (fundamentos legais, indicadores, vantagens e contrapontos).....	283
3.1.4.1	Fundamentos legais.....	283
3.1.4.2	Indicadores	287
3.1.4.3	Vantagens.....	292
3.1.4.4	Contrapontos.....	295
3.2	Racionalização do sistema de justiça e tomada de decisão.....	296
3.2.1	A governança aplicada ao sistema de justiça.....	296
3.2.2	Construção de capacidades para a efetividade do sistema de justiça e para a implementação de mudanças socialmente relevantes.....	304
3.2.3	Racionalidades jurídica e administrativa reconciliadas: o experimentalismo de novos arranjos como estratégia de ampliação do acesso.....	312
3.2.3.1	Medidas pré-processuais.....	314
3.2.3.2	Medidas processuais.....	317
3.2.3.3	Medidas gerenciais.....	321
3.2.4	Gestão judicial: um estudo de caso	327
3.2.4.1	Práticas de gestão da justiça (<i>judicial management</i> ou administração judiciária) e práticas de gestão do processo judicial (<i>case management</i> ou gestão do caso).....	330
3.2.4.2	Nota sobre a racionalidade gerencial nos sistemas italiano, alemão e português.....	335
3.2.4.3	O Sistema de Gestão da Qualidade no Supremo Tribunal Federal	337
3.2.4.4	Diagnóstico.....	340
3.2.4.5	Desenho da solução.....	341
3.2.4.6	Implantação da solução.....	350
3.2.4.7	Resultados.....	356
3.2.4.8	Contrapontos.....	358

3.3 Afinal, por meio da governança judicial é possível atacar não só as consequências, mas também as causas da falta de acesso isonômico à justiça e prevenir conflitos?	361
CONCLUSÃO	371
REFERÊNCIAS	379